



Fórum Ensino Superior e Ciência 2022: contributos para uma estratégia de futuro

NOTAS INICIAIS

Realizou-se no passado dia 28 de maio, no Centro Cultural de Belém em Lisboa, o Fórum Ensino Superior e Ciência organizado pelo SNESup. Nesta segunda edição, o tema foi “Liberdade e Democracia” e os trabalhos estruturaram-se em torno de três interrogações centrais que constituíram o mote para cada uma das três sessões do programa. Quase 50 participantes, incluindo representantes de entidades públicas, de empresas privadas, de associações de bolseiros e de estudantes, deputados e eurodeputados, responsáveis de universidades, politécnicos e centros de investigação, e ainda investigadores e professores de ensino superior, dividiram-se por sete mesas nas quais foi possível confrontar diferentes pontos de vista, registar consensos e dissensos.

A primeira sessão organizou-se em torno da questão “Quais os principais desafios atuais para assegurar e desenvolver a produção académica e científica no Ensino Superior e Ciência (liberdade e autonomia, precariedade, carreiras, concursos, avaliação de desempenho, apoios humanos e materiais)?” remetendo para o debate de aspetos relativos aos apoios humanos e financeiros, condições contratuais e mecanismos de acesso e progressão nas carreiras de investigação e docência no ensino superior. Na segunda sessão, focada em modos de funcionamento e organização, os participantes foram convidados a contribuir com respostas para a questão “Quais os principais desafios resultantes dos modelos organizacionais das instituições de Ensino Superior e Ciência (localização, dimensão, tipologia, participação nos processos de decisão, práticas de democracia interna)?”. Finalmente, considerando-se que o conhecimento científico e a formação de cidadãos são elementos fulcrais para encarar tendências centrais na contemporaneidade, como sejam o desenvolvimento tecnológico e a inteligência artificial a que se associa a digitalização, o enfraquecimento da participação cívica e das práticas democráticas e a crise

climática e ambiental que ameaçam a sustentabilidade do planeta, propôs-se a reflexão sobre “Quais os principais desafios atuais no plano da valorização social e económica do Ensino Superior e Ciência, nomeadamente no que respeita aos contributos do conhecimento e da formação académica para o desenvolvimento do país (ciência no espaço público, formação de profissionais e cidadãos, transferência de conhecimento, tecido social e empresarial)?”.

Dada a natureza do evento, muito centrado no debate e na interação entre os vários intervenientes com breves resumos das principais conclusões de cada mesa, sintetizar os resultados globais é uma tarefa particularmente ingrata. Regista-se a impossibilidade de dar conta da riqueza da interação e debate em cada uma das mesas ou das reflexões e questionamentos suscitados em cada participante através da participação no Fórum. As notas que em seguida se apresentam correspondem, por isso, ao ponto de vista da autora como observadora e não permitem identificar nem as vozes individuais nem as conclusões de cada uma das sessões ou de cada uma das mesas.

NOTAS PARA UMA SÍNTESE

Em primeiro lugar, importa destacar que ao longo das três sessões esteve presente a crítica à inexistência de uma estratégia de médio e longo prazo para o ensino superior e ciência. Apontou-se a ausência de um rumo na conceção e operacionalização de políticas para o setor que seja explícito, de conhecimento geral e que se mantenha estável durante o mandato de mais do que um governo. Um conjunto de aspetos que foram sendo identificados como distintivos do ensino superior e ciência em Portugal é suscetível de corresponder a pressupostos centrais para a definição de uma linha estratégica de desenvolvimento do setor.

Desde logo, sublinhou-se que o conheci-



MARIANA GAIO ALVES

SOCIÓLOGA,
INSTITUTO DE
EDUCAÇÃO,
UNIVERSIDADE
DE LISBOA, UIDEF
(UNIDADE DE
INVESTIGAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
EM EDUCAÇÃO
E FORMAÇÃO.

PRESIDENTE DA
DIRECÇÃO DO
SINDICATO NACIONAL
DO ENSINO SUPERIOR

mento científico e académico não se limita, apenas, a alavancar a economia e a formar profissionais. Foi bastante consensual a ideia de que esse conhecimento tem valor económico, mas também social, pois contribui para o desenvolvimento humano nas várias regiões e para a promoção do bem-estar das populações.

De resto, a existência de uma rede de instituições dispersa no território, que favorece a inter-relação da tecnologia e inovação, com o tecido empresarial e as entidades estatais foi muito valorizada. Neste âmbito, é importante não circunscrever os resultados da produção de ciência e da formação académica à resolução de problemas atuais

indissociável da melhoria dos mecanismos de comunicação da ciência.

Para alguns, o fortalecimento da ligação com as empresas surge também como um desafio, valorizando-se parcerias na definição de projetos e temas de pesquisa, bem como propondo-se a existência de mais estágios para estudantes e a criação de sabáticas em empresas. Sobre os estágios alertou-se para a importância crucial de clarificar quais as responsabilidades, respetivamente, do estagiário e da empresa que o acolhe; sublinhando-se o carácter de aprendizagem e formação subjacente a este tipo de experiência de trabalho que não pode ser utilizada para colmatar necessidades de recrutamen-

“Apontou-se a ausência de um rumo na conceção e operacionalização de políticas para o setor que seja explícito, de conhecimento geral e que se mantenha estável durante o mandato de mais do que um governo.”

numa lógica de aplicação imediata, abrangendo outros contributos que permitem perspetivar e enfrentar desafios emergentes e futuros.

Para cumprir esse desiderato, o próprio ensino superior e ciência enfrenta também diversos desafios internos. Um deles relaciona-se com a necessidade de aumentar o número de estudantes, destacando-se a importância de não esquecer as particularidades dos que procuram formação pós-graduada e dos estudantes internacionais. Trata-se de sublinhar a relevância das competências desenvolvidas na formação académica por todos os grupos de estudantes. Igualmente no que se refere a contributos do ensino superior e ciência foi mencionado, por diversas vezes, o desafio de elevar o grau de literacia científica da população, o que é

to de profissionais pelas empresas. A lecionação de módulos por profissionais das empresas e a valorização dos doutorados nas organizações empresariais foram também aspetos destacados e a considerar.

A identificação de desafios nas instituições de ensino superior e ciência abrange ainda a necessidade de democratizar modos de funcionamento interno nessas instituições e de encontrar formas de os seus profissionais melhor equilibrarem as dimensões profissional e pessoal das suas vidas. Em relação com estes aspetos, é de referir a imensa surpresa dos representantes de empresas presentes no Fórum pelo facto de aos professores e investidores não serem atribuídos computador e telemóvel nem outros equipamentos de trabalho pelas universidades, politécnicos e centros de investigação que os contratam. ▶

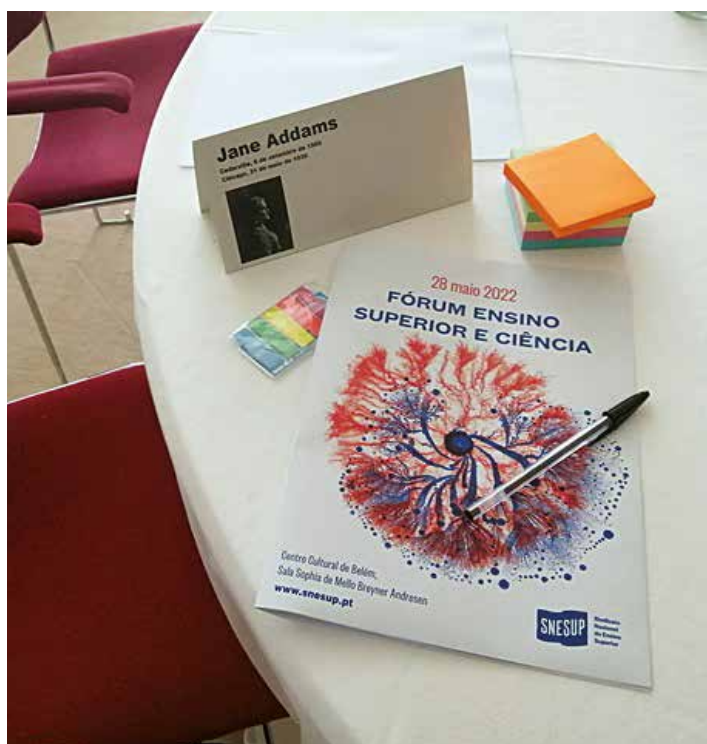


“(...) é de referir a imensa surpresa dos representantes de empresas presentes no Fórum pelo facto de aos professores e investigadores não serem atribuídos computador e telemóvel nem outros equipamentos de trabalho pelas universidades, politécnicos e centros de investigação que os contratam.”

É ainda necessário nomear várias problemáticas que foram sendo mencionadas como constituindo ameaças, no sentido em que podem impedir ou limitar os contributos do ensino superior e ciência para o desenvolvimento económico, social e cultural do país. Desde logo, problemáticas relativas às condições de exercício da profissão, com destaque para a preocupação com a elevada precariedade e com ambientes de trabalho que, frequentemente, têm efeitos negativos na saúde mental de professores e investigadores. Acrescem as referências ao envelhecimento etário dos professores de ensino superior

como uma tendência muito preocupante. Em paralelo, focando a avaliação de desempenho, registou-se consenso na apreciação negativa da ênfase nas métricas e da inexistência de uma efetiva avaliação da qualidade do trabalho pedagógico dos docentes.

Como pano de fundo, foram recorrentes as referências à escassez de financiamento para atividades de produção de ciência e de formação académica, sublinhando-se que é necessário monitorizar atentamente a diversidade de fontes de financiamento e sua complementaridade, bem como as implicações do subfinanciamento estatal.



NOTAS FINAIS

Tal como sugerido no início deste texto, realizar a síntese de um evento deste tipo é uma tarefa ingrata, dada a impossibilidade de resumir resultados dos debates que tiveram lugar em cada uma das mesas e no conjunto destas, na sua globalidade. Do ponto de vista da observadora que assina este texto, evidenciou-se a extrema relevância de definir um rumo estratégico, estável e de longo prazo para as políticas de ensino superior e ciência. Essa definição tem de assentar no reconhecimento dos contributos do setor em múltiplas vertentes do desenvolvimento do país (nos planos económico, social, cultural, humano) e desenhar soluções para problemas prementes, como são os que remetem para as condições contratuais e de progressão nas carreiras, o envelhecimento etário dos profissionais, o subfinanciamento e a deterioração de práticas de democracia interna nas instituições de ensino superior e ciência.

Para além disso, da participação no fórum resulta uma intensa partilha de conhecimento entre os intervenientes sobre as

realidades do ensino superior e ciência, os problemas existentes e as soluções para os ultrapassar. Os participantes assinalam mudanças e/ou reforço de perspetivas e pontos de vista na sequência de controvérsias, consensos e dissensos que decorrem do confronto de pontos de vista de atores com diferentes envolvimentos e interações com as instituições em que se produz ciência e se promove a formação académica dos futuros diplomados. Na perspetiva da direção do SNESup, estas oportunidades de diálogo, debate e desenho de possíveis intervenções com a participação e envolvimento de profissionais e cidadãos são exercícios de liberdade através dos quais os sindicatos fortalecem a democracia.